



PRIVATIZAR: bom negócio para quem?



“O mais impopular governo da história, que chegou ao poder através de um golpe parlamentar, quer impor ao País o mais drástico pacote de privatizações nos últimos 20 anos, desmantelando uma infraestrutura construída com os esforços de todos. Um governo acuado por graves denúncias de corrupção – feitas pelo Ministério Público – precisa fazer caixa para comprar o apoio parlamentar e cobrir o enorme déficit das contas públicas e encontra no mercado financeiro o apoio à onda privatista.”

ENTREVISTA
**FELIPE
COUTINHO**

PÁGINA 2



Petros quer transferir para as vítimas o ônus da má gestão

PÁGINA 3

Exclusivo para associados AEPET:

Encarte sobre a eleição para nova diretoria da AEPET

ENTREVISTA com FELIPE COUTINHO

A Aepet completa 56 anos num momento delicado para a Petrobrás. Qual o papel da Associação diante deste cenário?

O momento é crítico para o Brasil e para a Petrobras.

Nossa Associação disputa o senso comum e enfrenta a ignorância sobre a Petrobras. Enquanto alguns (poucos) constroem a ignorância sobre a Petrobras para atender a interesses privados, muitas vezes inconfessáveis, outros (muitos) podem aceitar versões falsas e contrárias aos interesses da maioria.

Ter consciência sobre a realidade da Petrobras é necessário para possibilitar a sua defesa, contra os interesses privados e mesquinhos, em favor do desenvolvimento nacional.

A Aepet cumpre esse papel, disputar a opinião pública, em defesa da Petrobras, ao lado da verdade, em favor de uma sociedade digna e justa.

Qual o papel dos meios de comunicação que a AEPET mantém? (Portal, Aepet Direto, Aepet Notícias, mídias sociais)

Nós precisamos ter meios eficientes para que o nosso conteúdo alcance os públicos de interesse. Fazer diagnósticos e apresentar propostas qualificadas é essencial, mas insuficiente.

Precisamos fazer com que as informações alcancem os petroleiros e os formadores de opinião.

Nossa voz precisa ecoar nas universidades, entre jornalistas, no parlamento, entre os artistas, organizações sociais etc.

O meio mais efetivo é a internet, através da estruturação de redes de cooperação. Esse trabalho está sendo feito e irá se desenvolver no próximo triênio.



Qual o balanço deste seus três anos à frente da AEPET?

Produzimos diagnósticos e propostas para os principais temas relativos à Petrobras.

Através dos artigos, estudos técnicos,

cartas e votos na assembleias de acionistas disputamos a opinião pública e suportamos ações jurídicas em defesa da Petrobras.

Implantamos o novo portal. Desenvolvemos os meios de comunica-

“
Ter consciência sobre a realidade da Petrobras é necessário para possibilitar a sua defesa, contra os interesses privados e mesquinhos, em favor do desenvolvimento nacional
”

ção e conseguimos elevar significativamente nosso alcance. Em 2016 nosso portal praticamente triplicou o número de acessos em comparação com 2012.

Desenvolvemos redes de cooperação, apoiamos profissionais competentes e patriotas que encontraram na Aepet um meio para defender o desenvolvimento nacional.

Enfrentamos o projeto colonial e entreguista, em condições desiguais, denunciando o papel do capital financeiro internacional e das multinacionais do petróleo.

Acredito que honramos as gerações que nos precederam, daqueles que construíram a campanha do petróleo e a Petrobras. Acredito que seremos respeitados pela geração futura que, espero, encontre melhores condições do que nós encontramos.

Quais são as principais propostas da nova chapa?

É a continuidade do que vem sendo feito. Diagnósticos, formulações, propostas e disputa do senso comum, em defesa da Petrobras, em favor da maioria dos brasileiros.

Expediente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Presidente
Felipe Campos Cauby Coutinho

Vice-Presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretor Administrativo
Francisco Isnard Barrocas

Vice-Diretor Administrativo
Christian Alejandro Queipo

Diretor Comunicações
Ronaldo Tedesco Vilardo

Vice-Diretor Comunicações
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

Diretor de Pessoal
Arthur Flavio Jansen Ferrari

Vice-Diretor de Pessoal
Sílvia Sinedino Pinheiro

Diretor Cultural
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Cultural
Estellito Rangel Junior

Diretor Jurídico
Paulo Teixeira Brandão

Conselho Fiscal – Titular
Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

Conselho Fiscal - Suplente
Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

Núcleos
Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados
Angra dos Reis: Alexandre Guilherme
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães
Rio Grande do Sul: James Chang
São Paulo: Francisco Gonçalves
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação
Editores:
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)
Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco
Arte / Ilustração: Amorim
Diagramação: Geraldo Machado

Petros quer transferir para as vítimas o ônus da má gestão



Mobilização é indispensável para que patrocinadoras arquem com suas dívidas

ROGÉRIO LESSA

Mais uma vez, querem colocar sobre os ombros do trabalhador erros que não foram cometidos por ele. Contrariando ponderações dos representantes eleitos, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou a proposta de Plano de Equacionamento do Plano Petros do Sistema Petrobrás – PPSP, que foi apresentada pela Diretoria Executiva da Fundação e visa ao enfrentamento do déficit de R\$ 27 bilhões da Petros.

O plano aprovado poderá atingir a quase 40% do valor do salário ou benefício, já que instituirá uma contribuição extra mensal pelo valor máximo permitido pela legislação. Se aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), cuja decisão está prevista para o final deste ano, inviabilizará a manutenção do PPSP, pois significará um aporte extraordinário por parte dos participantes ativos da ordem de 2,63 vezes sua contribuição normal e por parte dos participantes assistidos da ordem de 3,31 vezes.

“Fica evidente que a proposta transfere as obrigações das patrocinadoras para participantes e assistidos, sem qualquer justificativa técnica ou contratual, diminuindo o passivo das patrocinadoras e facilitando os processos de venda dessas empresas – Petrobrás e Petrobrás Distribuidora – para setores privados, em flagrante prejuízo da nação brasileira e dos participantes e assistidos do Plano em particular”, afirma o conselheiro eleito Ronaldo Tedesco, que é diretor de Comunicações da AEPET.

Tedesco ressalva que o equacionamento envolve apenas os participantes ativos e assistidos, repactuados e não-repactuados do Plano Petros do Sistema Petrobrás – PPSP ou Plano Petros 1, como é chamado. No entanto, ao incluir

novos compromissos do passivo atuarial nos Termos de Compromisso Financeiro dos Pré-70, permitindo à Petrobrás que alongue o prazo para repor ao nosso fundo os valores relativos à essa submassa (Pré-70), o Conselho Deliberativo da Petros aprofunda, “de forma irresponsável e dramática para os participantes e assistidos”, o problema de liquidez e solvência do PPSP.

Já o presidente do Conselho Fiscal da Petros, Fernando Siqueira, também eleito pelos participantes, afirma que o equacionamento proposto atende aos interesses dos bancos. “Querem tomar conta dos R\$ 809 bilhões em poder dos fundos de previdência fechados. Mas o principal objetivo é tirar o compromisso da Petrobrás com o Plano para privatizá-la, pois quem quer comprá-la não quer assumir riscos.”

Siqueira, que é vice-presidente da AEPET, calcula que, dos R\$ 27 bilhões de déficit, cerca de R\$ 14 bilhões serão transferidos para as vítimas: os participantes e assistidos da Petros. “O Conselho Fiscal está sendo impedido, inde-

vidamente, pelo Conselho Deliberativo de contratar a revisão atuarial do passivo do plano PPSP em face desse equacionamento absurdo – este é um dos itens que leva à rejeição das contas da Petros há 14 anos, sendo que, nos últimos quatro anos, por unanimidade.

De fato, o equacionamento está sendo proposto sem esta apuração do passivo atuarial real, sem uma validação dos dados levantados pela atuária Mirador. Há uma série de indícios de que há falhas no levantamento da reserva matemática. “Portanto, o valor do déficit a equacionar é duvidoso”, observa Siqueira.

Preocupado com a necessária mobilização dos participantes, o presidente do Conselho Fiscal da Petros avalia que a perda do espírito de corpo na Petrobrás (para ele maior valor de uma corporação) se deve à criação do Petros 2. “Não existe mais o vínculo da Petrobrás com seu pessoal. É um plano financeiro, comum. Aliás, o Plano Petros 1 foi fechado, em 2002, de forma ilegal: o CA da Petrobrás decidiu “solicitar à Petros estudo para fechar o plano”.

Petros perde R\$ 17 bi com investimentos fora da meta

Se os investimentos atendessem a meta atuarial, nos últimos 10 anos, a Petros teria R\$ 17 bilhões a mais no caixa. Alguns exemplos:

- ➔ **FIP Sondas** - perda de **R\$ 2 bilhões** – a Petrobrás não cumpriu suas obrigações contratuais e o BNDES não aportou os recursos prometidos. E o projeto faliu. Foi um projeto do Governo imposto à Petros;
- ➔ **Ações do Itaúsa: R\$ 2,2 bilhões**; preço pago inadequado. Baixa liquidez;
- ➔ **Norte Energia** (Usina Belo Monte): **R\$ 1,26 bilhão** - imposição do Governo. A Eletrobrás não cumpriu sua promessa de comprar 20% da energia e o BNDES não aportou os recursos conforme prometido. Rentabilidade caiu;

- ➔ **Invepar: R\$ 806 milhões**. Pode recuperar, pois tem condições;
- ➔ **Ações da Petrobrás: R\$ 3,970 bilhões** – este prejuízo poderia ser recuperado se a Petros não tivesse vendido as ações na baixa, visto que o petróleo está temporariamente desvalorizado, por questões geopolíticas, mas deve subir, pois vivenciamos o pico de produção mundial;
- ➔ **Brasil Pharma: R\$ 500 milhões**. Investimento mal feito pela DE da Petros;
- ➔ **Lupatech: 482 milhões**. Investimento também mal feito e ainda a Petrobrás cancelou várias compras acertadas.

Fonte: Diretoria de Investimentos da Petros (2016)

Principais dívidas da Petrobrás com a Petros não cobradas

- Alteração das tábuas de mortalidade na avaliação dos compromissos com o grupo pré-70 (2004): **R\$ 1,705 bilhão**;
- Diferença do débito relativo ao fechamento do plano para novos ingressantes (geração futura). Por decisão unilateral da Petrobrás, em 2002: **R\$ 562 milhões**;
- Aumentos de encargos relativos à introdução no regulamento do plano, em 1984, dos fatores de reajuste inicial (FAT e de correção - FC): **R\$ 2,399 bilhões**;
- Acerto do cálculo das pensões: **R\$ 915 milhões**, atualizados para 31.12.2005;
- Reconhecimento tardio do pagamento de diferenças atribuídas a contagem de horas extra turno, impactando diretamente o equilíbrio atuarial do PPSP, que não foi computado pela perita por falta de informações da Petrobrás;
- Extinção da Interbrás e da Petromisa que, embora tenha sido cobrada da União, deveria ter sido pelo Acordo de Adesão bancado pelas demais patrocinadoras remanescentes: **R\$ 257 milhões**;
- Adaptação do critério de reajuste das suplementações de pensão: **R\$ 915 milhões**.
- Como o Juiz não aceitou tratar nos autos da ACP os termos do AOR, o pleito dos participantes inscritos entre 23.01.1978 até 27.11.1979 (78/79), quanto à liberação do limite etário, a PETROS realizou de forma administrativa com custo imputado a todos, sendo na época da perícia o valor apurado de **R\$ 1,175 Bilhão**, o que eleva a dívida periciada, já estando previsto o acréscimo do carregamento administrativo, para **R\$ 9,885 bilhões**.
- **R\$ 1,175 bilhão** apurado em 2005, da “benesse administrativa” porque não aportaram recursos correspondentes aos ajustes dos “repactuantes” do Grupo 78/79;
- **R\$ 2,350 bilhões**, apurados em 2005, correspondentes ao impacto com o “Sopão” da década de 1990. Esta dívida foi cobrada da Petrobrás pela Diretoria da Petros em 1995, mas foi ignorada pela patrocinadora, passando a constar dos autos da ACP mencionada.

Fonte: Paulo Brandão, Conselheiro eleito da Petros

Privatizar: bom negócio para quem?



O mais impopular governo da história, que chegou ao poder através de um golpe parlamentar, quer impor ao País o mais drástico pacote de privatizações nos últimos 20 anos, desmantelando uma infraestrutura construída com os esforços de todos. Um governo acuado por graves denúncias de corrupção – feitas pelo Ministério Público – precisa fazer caixa para comprar o apoio parlamentar e cobrir o enorme déficit das contas públicas e encontra no mercado financeiro o apoio à onda privatista.

Se na Petrobrás isto ocorre na forma do fatiamento, o pacote anunciado pelo governo põe no balcão de negócios 57 empresas, entre elas a Eletrobrás, a Casa da Moeda, Caixa e aeroportos, num claro oportunismo e com tão pouco debate. O discurso privatista diz que os recursos arrecadados melhora a situação das contas públicas. Mas segundo Luiz Gonzaga Belluzo “As receitas das vendas de estatais, entre 1997 e 1998, corresponderam em média a 3% do PIB e contrastam com os resultados da dívida pública e do desequilíbrio fiscal, que prosseguiram como se uma privatização de tal envergadura não estivesse em curso”

E quando toda a “prataria da família” for vendida, o que restará fazer? O alerta sugere que em hipótese alguma a privatização deve ser política econômica.

A situação é agravada pelo preço irrisório pedido pelo governo, que não chega a 10% do valor dos ativos, diz o especialista no setor elétrico, Carlos Mariz. Segundo cálculos feitos por ele, a construção do sistema Eletrobrás custou R\$ 370 bilhões, valor muito superior aos

“Ao privatizar uma empresa estatal ou qualquer parcela do patrimônio público, o governo está expropriando a população de bens públicos que são” propriedade do povo, através do Estado.



R\$ 20 bilhões ou R\$ 30 bilhões estimados pelo governo.

A privatização anunciada coloca empresas estratégicas do país sob o controle do lucro capitalista. Suas consequências podem ser resumidas em poucas linhas, como no caso da Eletrobras – fim do protagonismo do Estado no setor, sua desnacionalização e entrega a empresas estrangeiras, degradação e piora da qualidade do serviço público oferecido, precarização das condições de trabalho. E, claro, aumento extorsivo no preço das tarifas.

Gilberto Bercovici usou uma palavra dura e clara para definir a venda de patrimônio público nas condições em que o governo Temer pretende fazer: é um crime, que torna nula a venda. “Ao privatizar uma empresa

estatal ou qualquer parcela do patrimônio público, o governo está expropriando a população de bens públicos que são” propriedade do povo, através do Estado. Isso é, “no processo de privatização, o governo não vende o que é dele (governo)”, mas “o que pertence a todos nós. E sem nos consultar sobre isso”. Amparado em sua experiência de jurista, alerta aos “proveitadores que desejam adquirir o patrimônio nacional brasileiro a preço vil”, cientes da ilegitimidade do governo Temer – “terão que devolver o que compraram sem qualquer direito a indenização assim que um governo legítimo, eleito diretamente pelo povo, e garantidor dos verdadeiros interesses nacionais, assumir o poder e restaurar a democracia no Brasil.”



“As receitas das vendas de estatais, entre 1997 e 1998, corresponderam em média a 3% do PIB e contrastam com os resultados da dívida pública e do desequilíbrio fiscal, que prosseguiram como se uma privatização de tal envergadura não estivesse em curso”

